

ELEKTRO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA.

CNPJ nº 02.041.066/0001-55 | Companhia Fechada | Companhia do Grupo Neoenergia S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	3	108.310	113.050
Custos		(63.482)	(71.787)
Custos de operação	4	(63.482)	(71.787)
Lucro bruto		44.828	41.263
Outras despesas	4	(1.556)	(14.073)
Despesas gerais e administrativas	4	(24.369)	(15.948)
Lucro operacional		20.103	11.242
Resultado financeiro	5	3.161	-29
Receitas financeiras		3.161	-29
Despesas financeiras		(503)	(1.063)
Outros resultados financeiros, líquidos		806	(117)
Lucro antes dos tributos		23.264	11.271
Tributos sobre o lucro	6.1	(4.256)	(3.249)
Corrente		(4.256)	(3.249)
Lucro líquido do exercício		19.008	8.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	2025	2024	
Lucro do exercício	19.008	8.022	
Itens que não serão reclassificados para o resultado:			
Hedge de fluxo de caixa	(57)	-	
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(57)	-	
Itens que serão reclassificados para o resultado:			
Hedge de fluxo de caixa	(28)	-	
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(28)	-	
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(85)	-	
Resultado abrangente do exercício	18.923	8.022	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024			
(Valores expressos em milhares de reais)			
	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.000	-	(49.100)
Lucro líquido do exercício	-	-	19.008
Outros resultados abrangentes	-	(85)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	70.000	(85)	(30.092)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	70.000	-	(5.127)
Lucro líquido do exercício	-	-	8.022
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.000	-	(49.100)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS			
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024			
(Valores expressos em milhares de reais)			

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Operação e Manutenção ("Empresa" ou "Elektro O&M") com sede e foro na cidade de Campinas, Estado São Paulo, é uma sociedade limitada de capital fechado, controlada pela Neoenergia S.A. A Empresa tem por objeto social principal, realizar e prestar serviços a outras empresas privadas ou públicas, em qualquer natureza, sejam elas federais, estaduais ou municipais, de operação e manutenção de centrais para produção de energia elétrica, engenharia, administração e realização de projetos, desenho básico ou detalhado, supervisão de construção e montagem, fiscalização e inspeção de equipamentos, obras e instalações, direção de obras, realização de projetos "turnkey", importação e exportação de equipamentos necessários para os serviços, gestão de compras, sistemas e controles de qualidade, assim como serviços de apoio à operação e manutenção de instalações e à execução dos serviços. Realização e prestação de serviços no âmbito energético em geral, e especialmente nas atividades de produção de energia elétrica. Participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista. A Empresa possui papel estratégico na prestação de serviços de operação e manutenção, atuando majoritariamente do segmento de transmissão. **1.1. Gestão de riscos:** As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia. O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em conformidade com as regulamentações emitidas pela ANEEL. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Riscos, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. **1.1.1. Riscos financeiros e mercado:** As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins protecionistas, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas. As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*; o risco de câmbio não será controlado e mitigado para todas as operações de dívida; os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas preçadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de taxa de juros que remunerem carteira de aplicações de curto prazo; • A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" ou "alavancados". A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantêm posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas com terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos **Origem da exposição** **Gestão**

Risco de taxa de câmbio: Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são de - Operações de swap e a termo nominados em BRL.

Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários): Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, por componente de taxa de juros e a SOFR e CDI.

Risco de preços de produtos: Volatilidade dos preços de *commodities* metálicas e energia elétrica, e outros produtos.

Risco de crédito: Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.

Risco de liquidez: Obrigações contratuais ou assumidas.

Risco de solvência: Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto à estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito. **Risco de taxa de câmbio:** A Companhia, visando assegurar que o risco de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 16.6. **Risco de taxa de juros e índices de preços:** Este risco é gerenciado de forma integrada com o gerenciamento de taxas de exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externo (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à inflação de alta correlação com o risco de câmbio, visando reduzir o impacto da inflação. A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de preço de commodities:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais. *Commodities* metálicas, variáveis nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia. **Risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. A Companhia gerencia o risco de liquidez alcançando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aptas para algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em montante adequado a cobertura de seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por falta de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas. **Risco de solvência:** O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez alcançada. **Gestão de riscos de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou "non performance" de contrapartes. **Risco de crédito de contrapartes comerciais:** O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites. **Risco de crédito de instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da Diretriz de Risco de Crédito quanto ao objetivo de mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). E realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelo Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

Ratings de longo prazo em escala nacional	Moody's	S&P	Fitch
Itaú	AAA	AAA	AAA

1.1.3. Seguros: A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância segura
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	56.000
Veículos - Operacional	31/05/2025 a 31/05/2026	1.000

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas para a gestão da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras não reconhecidos no resultado financeiro. **2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas:** As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatos considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
13.2	Provisão para processos judiciais
6.1	Tributos sobre lucro
9.1	Imobilizado

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes: Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2025:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
Resolução CVM nº 223/00PC IJO: Créditos de Carbono (IC02e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de carbono (allowances) e Crédito de carbono brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade Descarbonização (CBI0), de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (IC02e), permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBI0) das entidades atuantes no mercado de carbono (allowances) e Crédito de carbono brasileiro. Consequentemente, visa reduzir a diversidade Descarbonização (CBI0), de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.008	8.022
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	4.185	2.632
Tributos sobre o lucro	4.256	3.249
Resultado financeiro, líquido	(3.161)	(29)
Alterações no capital de giro:		
Investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	65	4.868
Fornecedores e contas a pagar	(492)	(4.680)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(3.290)	4.303
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	276	(1.293)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	-	86
Outros ativos e passivos, líquidos	(649)	(3.063)
Caixa gerado (consumido) nas operações	20.198	14.095
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(79)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	3.041	1.242
Pagamento de juros – Arrendamentos	182	-
Tributos sobre o lucro pagos	(1.765)	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	21.577	15.337
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.881)	(4.058)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(8.881)	(4.058)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal – Arrendamentos	(2.325)	-
Múltiplos recebíveis	(5.651)	5.651
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	(7.976)	5.651
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	4.720	16.930
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.649	9.719
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.369	26.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.000	-	(49.100)	20.900
Lucro líquido do exercício	-	-	19.008	19.008
Outros resultados abrangentes	-	(85)	-	(85)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	70.000	(85)	(30.092)	39.823
Saldos em 31 de dezembro de 2023	70.000	-	(5.127)	12.873
Lucro líquido do exercício	-	-	8.022	8.022
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.000	-	(49.100)	20.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ("ASG" ou "ESG").	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 (CPC51) introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exatidão das informações fornecidas nos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 (CPC51) também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e melhorar a comparabilidade das demonstrações. A IFRS 18 (CPC51) substituirá a IAS 1/ CPC 25: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras. Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2025	2024
Receita de operação e manutenção	120.081	123.471
Receita operacional bruta	120.081	123.471
(1) Deduções da receita operacional bruta (nota 3.1)	(11.771)	(10.529)
Receita operacional líquida	108.310	113.050
1.1. Deduções da receita bruta		
2025	2024	
Tributos gerais	(5.775)	(6.309)
Imposto Sobre Serviços – ISS	(5.296)	(4.112)
PIS e COFINS – correntes	(11.771)	(10.421)
Total	(11.771)	(10.421)

3.2. Política contábil material: A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação de serviço. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares.

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS

	2025			
	Custos de operação	Receitas (despesas) gerais e administrativas	Outras despesas¹	Total
Administradores, pessoal e benefícios a empregados	(58.780)	(7.473)	-	(66.253)
Serviços de terceiros	(3.338)	(4.333)	(356)	(8.027)
Depreciação e amortização	(423)	(3.762)	-	(4.185)
Provisão para processos judiciais	-	(59)	-	(59)
Impostos, taxas e contribuições	-	(349)	-	(349)
Materiais	(394)	(2.105)	-	(2.499)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(547)	(6.288)	-	(6.835)
Total	(63.482)	(24.369)	(356)	(88.207)
	2024			
	Custos de operação	Receitas (despesas) gerais e administrativas	Outras despesas¹	Total
Administradores, pessoal e benefícios a empregados	(67.471)	(6.154)	-	(73.625)
Serviços de terceiros	(3.096)	(3.311)	(14.073)	(20.480)
Depreciação e amortização	(393)	(2.239)	-	(2.632)
Provisão para processos judiciais	-	(106)	-	(106)
Impostos, taxas e contribuições	-	(16)	-	(16)
Materiais	(519)	(715)	-	(1.234)
Outras receitas e despesas, líquidas¹	(308)	(3.407)	-	(3.715)
Total	(71.787)	(15.948)	(14.073)	(101.808)

Refere-se às despesas de pré Licitação cujos processos ocorreram em menor volume em 2025.

¹ A variação refere-se principalmente ao aumento das despesas de viagens em 2025.

4.1. Custos e despesas de pessoal

	2025	2024
Remunerações	(31.528)	(33.695)
Encargos sociais	(5.429)	(5.429)
Auxílio alimentação	(3.202)	(3.165)
Convênio assistencial e outros benefícios	(2.552)	(2.451)
Rescisões	(1.056)	(1.264)
Férias e 13º salário	(5.157)	(6.235)
Plano de saúde	(3.427)	(3.427)
Participação nos resultados	(4.215)	(7.947)
Outros	(839)	(892)
Total	(66.253)	(73.625)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras	3.042	1.242
Renda de aplicações financeiras	(184)	(59)
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	-
Outras receitas financeiras	26	-
Total	2.858	1.2

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; e (iv) mútuos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **21.1. Saldo em aberto com partes relacionadas**

	2025		2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Subsidiárias da Neoenergia
Ativo			
Contas a receber e outros ^(a)	10.315	-	10.714
	10.315	-	10.714
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	974	-	1.004
Contas a pagar de mútuo	-	5.651	-
Passivo de arrendamento ^(b)	-	-	2.758
	974	5.651	3.762

15.2. Transações com partes relacionadas

	2025		2024
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Subsidiárias da Neoenergia
Resultado do exercício			
Receita operacional bruta ^(a)	55.699	-	49.419
Despesas gerais e administrativas ^(b)	(3.480)	-	(3.392)
Resultado financeiro, líquido	-	(556)	-
	52.219	(556)	46.027

15.3. Principais transações com partes relacionadas: As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção	Venci-mento Prazo	Ativo / Resultado (Passivo) do exercício
(a)	Neoenergia Jalapão	O&M	IPCA 5 anos	2028	1.029 11.890
(a)	Neoenergia Dourados	O&M	IPCA 5 anos	2028	656 7.587
(a)	Neoenergia Lagoa dos Patos	O&M	IPCA 5 anos	2028	987 6.865
(a)	SE Narandiba S/A	O&M	IPCA 5 anos	2028	489 5.652
(a)	Neoenergia Itabapoana	O&M	IPCA 5 anos	2028	435 5.004
(b)	Elektro Redes	Arrendamento	IGP-M 5 anos	2026	- (2.506)

15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave): As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	2025	2024
Salários e benefícios recorrentes	1.390	1.270
Remuneração variável de curto prazo	2.208	3.287
Benefícios de longo prazo	III	102
Total	3.709	4.659

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros: A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumen-tos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025			2024	
	CA	VJORA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	31.369	2.518	24.131
Contas a receber de clientes e outros	10.816	-	-	10.880	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	7	-	-	-
Outros ativos financeiros	110	-	-	75	-
	10.926	7	31.369	13.473	24.131
Passivos financeiros					
Fornecedores e contas a pagar	4.382	-	-	5.680	-
Passivo de arrendamento	581	-	-	2.758	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	13	-	-	-
Outros passivos financeiros	1.378	-	2.291	7.477	1.677
	6.341	13	2.191	15.915	1.677

CA – Custo amortizado
VJR – Valor justo por meio do resultado

ELEKTRO OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO LTDA.

16.2. Estimativa do valor justo: Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vá-rios métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.6 – análise de sensibilidade. **16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025	2024
	Nível 2	Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	31.369	24.131
Instrumentos financeiros derivativos	7	-
	31.376	24.131

Passivos financeiros
Instrumentos financeiros derivativos

	13	1.677
	13	1.677

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo. **16.4. Política contábil material:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: **(i) Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos finan-ceiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros deriva-tivos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplifi-cado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. **(ii) Passivo financeiro:** Os passivos finan-ceiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrum-entos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **16.5. Métodos e técnicas de avaliação:** O valor justo dos mútuos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abor-dagem de Mercado. **16.6. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** A Com-panhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF). Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instru-mento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber e a pagar. Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mu-tuamente. **Programa de hedge para desembolsos em Dólar:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo	
	2025	2024	Vencimento (Ano)	2025	2024
NDF					
Desembolso USD					
Termo	US\$ 161	-	2026-2027	7	-
Líquido				7	-

Programa de hedge para desembolsos em Euro: Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro. Este programa é designado para contabilidade de *hedge* e classificados

como *hedge* de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	Valor de referência			Valor justo	
NDF	2025	2024	Vencimento (Ano)	2025	2024
Desembolso EUR					
Termo	€ 38	-	2026	(13)	-
Líquido				(13)	-

16.7. Análise de sensibilidade: A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos finan-ceiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte proje-tado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025. - **Cenário Pro-vável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025. - **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. - **Cenário III:** Estimativa do valor justo consi-derando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável. Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cam-bial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, ob-servamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário	Impacto Cenário
Item protegido: parte de desembolsos em USD				(960)	127	254
NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,5024	960	(127)	(254)
Exposição Líquida				(247)	37	73
Item protegido: parte de desembolsos em EUR				247	(37)	(73)
NDF	Euro (€)	Alta do Euro	6,4692	247	(37)	(73)

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Inde-xador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário	Impacto Cenário
						(II)	(III)
Ativos financeiros	Queda do CDI		14,90%	31.369	1.108	(159)	(321)

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA	
Fabiano Uchoas Ribeiro Diretor Presidente	Luciana Maximino Maia Diretora
CONTADORA	
Rachel Alves Pascale CRC-RJ-Nº 115915/O-3	

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Elektro Operação e Manutenção Ltda., CNPJ/MF nº 02.041.066/0001-55, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala G, CEP 13.053-024, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaram que: (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e (II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025. Campinas (SP), 27 de março de 2026.
Fabiano Uchoas Ribeiro - Diretor Presidente
Luciana Maximino Maia - Diretora

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Elektro Operação e Manutenção Ltda. - Rio de Janeiro - RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Operação e Manutenção Ltda (“Com-panhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas de-monstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apre-sentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Operação e Manutenção Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e in-ternacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeir-as”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Con-selho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsa-bilidades da Administração pelas demonstrações financeiras: A Administração é responsável pela elaboração e adequação apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas con-tábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se cau-sada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas de-monstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas de-monstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apro-priada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a efi-cácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utiliza-das e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade ope-racional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a even-tos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou in-cluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria pla-nejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos con-troles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 27 de março de 2025

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes Ltda. CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ	Janete Im Hayashi Contador(a) CRC nº 1 SP 303811/O-3
--	--

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 31/03/2026
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link

<https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/03/31/ELEKTRO1588496131032026.pdf>
Hash: 1774898521b4659fdeb1cc43cd97860eba1d2554db